

## O MÉTODO EM ECONOMIA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA\*

PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA\*\*

1 — Embora a discussão sobre as possibilidades e a origem do conhecimento remonte à Grécia, foi a partir do Renascimento, com a crítica ao ethos medieval, quando se definiram os contornos modernos do debate como hoje conhecemos. Pode-se considerar a obra de Locke, *An essay concerning human understanding* (“Ensaio, sobre o entendimento humano”), de 1690, como o desabrochar da autonomia acadêmica e filosófica da Teoria do Conhecimento, nela sintetizando-se toda a inquietação e a criatividade da intelectualidade dos séculos XV a XVII.

De momento, pouco interessa a reconstrução dos grandes sistemas filosóficos emergentes daquela época à atualidade, passando por Descartes e Leibnitz, Hume e Comte, Kant e Hegel. Interessamos, sobretudo, sua influência na Economia Política nascente no século XVII e em seus desdobramentos sucedidos no século XIX; mais precisamente, como este debate filosófico tomou corpo, de

---

\* Trabalho apresentado no Curso Filosofia da Ciência, Metodologia e Economia, realizado de 16 a 27 de outubro de 1989 na Universidade de Brasília — UnB.

\*\* Do Departamento de Ciências Econômicas e do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFRGS. Agradeço os comentários de Leda Paulani, sem responsabilizá-la pelas imperfeições que permaneceram no texto.

forma consciente ou não, entre os pensadores sociais os quais se convencionou denominar economistas, influenciando na forma com que este entenderam fazer ciência; em uma palavra, em seu método.

Sabemos, todavia, que tais grandes sistemas filosóficos podem ser agrupados, principalmente para fins didáticos e de exposição (embora, evidentemente, com fundamentos objetivos), sob os mais diferentes critérios. Para trazer à lume o debate no campo da Economia, convém reter inicialmente um destes critérios, o qual trata particularmente sobre a origem do conhecimento, mas com profundas implicações em sua possibilidade. Tratam-se dos sistemas iniciados por Locke e Hume, de um lado, e por Descartes e Leibnitz, de outro, costumeiramente denominados de empirismo e racionalismo. À medida que se pode sumariar um complexo de idéias em poucas palavras, permite-se demarcar uma linha divisória entre ambos quanto à resposta dada à indagação sobre onde repousa primordialmente a consciência cognoscente, se na experiência, como em Locke e Hume, ou na razão, como em Descartes e Leibnitz.

Em sua forma mais radical, o empirismo nega qualquer espécie de conhecimento que não o emanado na experiência e na observação. A ciência é mais a descrição do concreto que abstração, e mesmo os conceitos provêm da experiência. O procedimento de "fazer ciência" adota a máxima precaução ao enunciar leis, todavia, em geral, admitem-se regularidades no objeto de investigação, as quais permitem chegar a certa probabilidade de que os fatos ocorram ou venham a ocorrer sob determinadas condições, mas nunca a certeza. Fica claro, portanto, que esta concepção sobre a origem do conhecimento implica decisivamente sobre sua possibilidade. Prosaicamente, alia-se o empirismo ao método usado de forma tradicional (embora não exclusiva) nas ciências naturais, como na Biologia, onde o papel da observação e da experimentação é preponderante; nestas, o que é o é porque assim se observou, mas não porque devessem necessariamente ser. A estatística, tanto descritiva como indutiva, é poderosa auxiliar para quem trabalha sob sua égide, cujas preocupações centrais estão em observar, medir, colecionar fatos, buscar eventuais regularidades e registrá-las, sempre com a maior precisão e preocupação. Sua importância foi fundamental na sociologia nascente, com o positivismo e o organicismo; este último, com Spencer, procurando levar às últimas conseqüências a analogia da sociedade com organismos vivos. Assim como estes, a sociedade conhecia uma evolução gradual e sistêmica. O próprio funciona-

lismo não escapou — antes assentou-se — na concepção de que a sociedade compunha-se de partes (células, órgãos, tecidos) cada qual com certo grau de especialização, mas cujo fim residia em garantir a boa harmonia do conjunto, ao cumprir corretamente sua função. Não resta dúvida do viés autoritário desta visão de sociedade — já não de todo empírica, mas mediada por certa abstração — a qual define ex-ante o papel de cada parte, tendo por pressuposta determinada noção de harmonia.

Por outro lado, o racionalismo afirmará a crença de que a razão é iluminada para conhecer o mundo (Iluminismo). O conhecimento não depende da observação, pois pode nascer do próprio pensamento, através de construções lógicas. Proposições como "se um bem possui demanda inelástica, ao subir seu preço também sobe o dispêndio total do consumidor com este bem" são deste tipo. Ela é verdadeira por definição; se, ao subir o preço, cair a despesa total do consumidor com o bem, então, por decorrência, sua demanda não é inelástica. Não se precisa de qualquer teste empírico para refutá-la e podemos convencer-nos de sua veracidade sem qualquer apelo aos fatos ou a provas empíricas.

Não há dúvida de que o racionalismo, ao apoiar-se na lógica (formal), propôs, em suas vertentes iniciais, com Descartes e Leibnitz, que os juízos possuíam validade universal. Em vez de probabilidade há a certeza: um simples contra-exemplo (também "lógico", mesmo hipotético) pode refutar uma proposição, independentemente de investigação empírica. O racionalismo clássico, por isso, casa-se perfeitamente bem com a Matemática, uma linguagem apoiada em axiomas e em conceitos evidentes por si mesmos. Encontrou campo na mecânica, onde se concebiam reações de causa-efeito perfeitamente previsíveis. No campo das ciências sociais, também propõe, como os empiristas, a existência de um método único; mesmo o positivismo de Comte, impregnado pelo empirismo, não deixou de considerar a Sociologia uma Física Social, argumentando que esta evoluiria à medida que absorvesse e desenvolvesse o método da Física em suas previsões e explicações.

2 — A Fisiocracia francesa, primeira escola tida como de Economia, recebeu influência marcante do racionalismo, fazendo parte do mesmo contexto pré-revolucionário francês, com a difusão das idéias iluministas da Enciclopédia. Assinala-se, inicialmente, que a Fisiocracia pode ser vista como um momento de transição entre as explicações teológicas do mundo e as materialistas. Assim, seus

adeptos concebiam a sociedade (e, por extensão, o sistema econômico) como partes de uma ordem natural, mas que era expressão, ao mesmo tempo, da vontade divina. Deus criara o mundo e estabelecera, desde então, suas leis, cabia ao homem descobri-las através da Ciência, fazendo uso de sua razão iluminada. As leis eram, portanto, universais e necessárias, quando não imutáveis. Os fisiocratas, com esta concepção, elaboraram um modelo simplificado de sociedade, o que lhes permitiu chegar a conceitos abstratos de grande valia para a Economia Política posterior, como produto líquido, classe produtiva e excedente econômico. Mas suas leis econômicas inspiravam-se primordialmente na mecânica e, de forma até surpreendente, inaugurou-se na economia o modelo orgânico, comparando-se a vida econômica à de um organismo vivo — mas via racionalismo e não empirismo. Assim, a circulação do sangue descoberta por Harvey tornou-se análoga à da circulação da riqueza; as três classes fisiocratas (proprietária, “produtiva” e “estéril”) representam órgãos ou partes desta sociedade, cujo bom funcionamento, se houvesse liberdade, levaria ao que hoje os neoclássicos chamariam de “ótimo social”.

A fisiocracia revela não só a simbiose do materialismo (conhecimento “científico”) com o espiritualismo (conhecimento teológico), mas entre liberalismo e autoritarismo. Liberalismo, pois o mundo era equilibrado e harmônico por si mesmo, pois construção divina; não havendo interferências, como diria mais tarde Walras, todos os mercados tenderiam a se equilibrar. Daí o *laissez-faire* defendido pelos mais exaltados membros da escola, às vezes visto com reservas por seu expoente máximo, o Dr. Quesnay. Não obstante, o liberalismo exigia certo reforço autoritário (o que não nos é de todo estranho . . .), pois o modelo orgânico passava não a explicar mas a julgar a vida econômica a partir dele: qualquer desvio do definido a priori como parte da ordem natural das coisas mereceria severa punição, pois obstáculo à harmonia social. Sabe-se, por isso, que os fisiocratas nunca compartilharam das idéias mais afoitas correntes entre alguns membros da Enciclopédia, entendiam que a monarquia era a expressão da vontade divina, criticaram a república e a existência de constituições, defendendo o despotismo esclarecido: despotismo (“autoridade”), mas esclarecido (“com liberdade”)

Apesar da profunda marca do racionalismo, seria absurdo dizer que os fisiocratas despreocuparam-se com os fatos, com a observa-

ção e com o mundo empírico. As “hesitações” — as quais, por outro ângulo, podem significar não contradições, no sentido vulgar, mas criatividade — manifestam-se também neste aspecto. É bem verdade que a principal construção teórica fisiocrata, o *Tableau Economique*, parte de axiomas, como o *homo economicus*, que toda a ilustração da circulação da riqueza entre as classes é hipotética e propõe-se revestida da certeza universal e que carece, finalmente, de qualquer observação empírica mais sistemática, como dados históricos e/ou estatísticos. Recorrem-se, eventualmente, a exemplos empíricos, mas como exemplos, ou seja, não para demonstrar, testar ou evidenciar uma proposição, mas para ilustrar como as verdades chegadas pela razão e pelo método dedutivo são corretas. A recorrência ao empírico era, por assim dizer, um aval, mas não necessidades do próprio método.

Todavia, paira sobre os fisiocratas, e no próprio *Tableau*, uma certa inquietação e desconforto com este procedimento. Em várias passagens, fugiu-se da abstração, como na teoria do valor: ao afirmar a absoluta impossibilidade de um padrão para comparar valores de uso diferentes, diferentes “bens”, acabou-se por negar a própria possibilidade de uma teoria do valor. Toda a construção abstrata da circulação da riqueza — o “modelo” — parece esvaziar-se ao não se chegar a uma fórmula também abstrata de medida. Isto nos permite asseverar que os fisiocratas sentiram a necessidade intelectual de uma mediação entre o momento da abstração e o mundo empírico; incapazes deste salto, firmaram-se em seu racionalismo, mas advogaram a necessidade de medir as variáveis econômicas, sendo os precursores da Contabilidade Nacional. Tais mediações, todavia, tudo sugere que eram menos para testar e mais para ilustrar ou quantificar o que já se sabia por um exercício do pensamento; e nada nos impediria de indagar, seguindo a própria lógica da escola: medir para que, se independentemente da medida já conhecemos a variável em todas as suas propriedades? Como diria Keynes, posteriormente, em sua crítica aos “clássicos”: qual a necessidade prática ou teórica de medir o PNB se já sabemos, de antemão, que sua tendência é igualar-se ao PNB potencial? Temos a necessidade de quantificar algo quando há dúvida e incerteza, certamente ausente no mundo da necessidade lógica a-histórica e da ordem natural.

3 — Smith procurou resolver várias questões que lhe pareciam contraditórias ou insuficientes nos fisiocratas. Não só em questões

econômicas propriamente ditas, como frisa a maior parte da literatura (a origem da riqueza na fertilidade do solo, a impossibilidade de uma teoria do valor propriamente dita, a esterilidade da produção industrial), mas também em termos de método. Em primeiro lugar, por rejeitar *a limine* o recurso à ordem providencial, aceitando, todavia, a ordem perfeita da natureza: a “hesitação” fisiocrata é resolvida de um ponto de vista materialista.

No contexto inglês, a influência do empirismo de Locke e Hume possuía mais vigor que o racionalismo da França fisiocrata, e Smith admirava profundamente aqueles filósofos. *A Teoria dos Sentimentos Morais*, de 1759, demonstra sua desenvoltura ao tratar das mais polêmicas indagações da intelectualidade inglesa de seu tempo, principalmente a questão da condição humana no estado de natureza, a qual dividia os seguidores de Hobbes e Locke, e na qual se debatiam, sem respostas satisfatórias, Hume e Hutcheson (este último, mestre de Smith em Glasgow). A polaridade dizia respeito a um embate no campo da metafísica: tanto Hobbes como Locke admitiam um estado natural do homem, em busca de sua autoconservação. Mas, para Hobbes, este estado de natureza marcava-se pelo caráter egoísta da espécie, a qual não mediria meios na luta por sua sobrevivência, somente o Estado, com sua força coercitiva, domesticaria o homem para possibilitar sua vida em sociedade. O Estado, assim, precede a sociedade organizada — proposta não aceita pelo liberalismo de Locke, que, por sua vez, advogou a condição boa do homem no estado de natureza. O Estado, portanto, deixou de ser condição para a sociedade civil organizada, mas a garantia de sua permanência, através das leis e dos direitos naturais reconhecidos (vida, liberdade e propriedade).

O debate que se seguiu, em termos ultra-simplificados, diz respeito ao caráter egoísta ou altruísta do homem no estado de natureza, ou seja, se neste predomina certo irracionalismo, como em Hobbes, ou a racionalidade, como em Locke.<sup>8</sup> Smith resolveu a polêmica deslocando o centro da discussão da Filosofia para a Economia Política. Sua questão, bem presente na época da Revolução Industrial, indagava sobre as possibilidades duradouras de uma sociedade assentada no individualismo, no lucro, na iniciativa individual e na propriedade privada. Para tanto, rejeitou a concep-

1. Veja Napoleoni, 1978, p. 40-47.

ção de que cada um lutando por seus interesses individuais ensinasse um estado de guerra permanente; o individualismo não era perverso, mas positivo, pois a divisão do trabalho garantiria que a luta pelo maior bem-estar individual levava ao melhor em termos sociais. O recurso à fábula das abelhas de Mandeville, à fábrica de alfinetes e ao padeiro que madruga para nos vender o pão novo e quentinho são exemplos de que a divisão do trabalho, na fábrica ou na sociedade, permite que cada um busque egoisticamente seu lucro dando veia a seu egoísmo, mas, sem querer, com isto acaba beneficiando o conjunto da sociedade. As modernas teorias do bem-estar não se afastam desta concepção, na qual o bem-estar social é somatório dos ótimos individuais.

A solução de Smith, embora com fundamentos pragmáticos e materialistas, não esconde o terreno metafísico na qual se assentava e lhe emprestava sua razão de ser. Suas respostas, conquanto emergentes no contexto do empirismo inglês, ficaram circunscritas no próprio racionalismo. O conhecimento possuía caráter universalizante, a divisão do trabalho era natural e a-histórica: seu fundamento residia na troca, para a qual os homens possuíam uma “promensão natural”. A despeito do racionalismo predominante. *A Riqueza das Nações* é uma obra recheada de observações históricas e de algumas anotações estatísticas. O recurso ao empírico fez parte constante do trabalho de Smith — embora, a rigor, fosse mais para exemplificar do que para nele buscar a origem do conhecimento, a exemplo da Fisiocracia. Fazer ciência significava encontrar leis gerais e abstratas, de resto universais e imutáveis; fundamentava a existência destas a própria razão humana.

4 — Enquanto em Smith o empirismo e o racionalismo aparecem justapostos, ou seja, sem uma solução filosófica e sem qualquer mediação, em Ricardo a predominância deste chegou às últimas conseqüências. Ricardo rejeitou Smith não por qualquer razão de ordem empírica, mas devido seus erros de lógica: a circularidade denunciada na teoria do valor smithiana é apenas o exemplo mais conhecido. O próprio trabalho comandado de Smith sugere uma saída empírica para o impasse do campo do pensamento: o valor corresponde ao trabalho que efetivamente a mercadoria comanda na troca. Para Ricardo, ou a teoria possuía consistência lógica ou não: a solução, se correto o modelo teórico, devia ser encontrado dentro dele mesmo (embora Ricardo, como se sabe, não pôde levar sua proposta às últimas conseqüências, afirmando, mais no fim da

vida, que o trabalho contido não explicava totalmente o valor de troca, mas certa porcentagem...).

O valor de troca repousando no trabalho contido poderia ser o caminho para a construção de um exercício lógico sem os empecilhos do recurso aos fatos (como bem demonstram os modelos matemáticos de Sraffa e Garegnani). O método, mais uma vez, independe de objeto e segue uma seqüência também lógica: pressupostos-hipóteses-raciocínios e deduções-conclusões. Admite-se, como em toda a teoria, que o modelo é simplificação; mas o caráter abstrato e hipotético estende-se até os exemplos, como os dois países que trocam vinhos e tecidos em certas quantidades. Não interessa mostrar que, evidentemente, trata-se de Portugal e Inglaterra, e que a questão possuía fortes e bem determinadas razões históricas para despertar o interesse dos economistas. Como qualquer atividade intelectual, as teorias de Ricardo não pairavam no ar; salienta-se, todavia, seu procedimento em fazer ciência, totalmente abstrato e dedutivo, mesmo que ele próprio extraísse das teorias propostas bem práticas de política econômica, como ao aconselhar a importação de cereais e ao rejeitar a ajuda aos pobres das paróquias inglesas.

A teoria de distribuição ricardiana, onde encontramos a da renda da terra, é um exemplo típico do método dedutivo.<sup>2</sup> Admite-se, que a sociedade possui três classes (capitalistas, trabalhadores e rentistas) e que os fatores combinam-se em proporções fixas. A lei dos rendimentos decrescentes veio de West; a lei do crescimento da população, de Malthus; e a lei do "individualismo altruísta", de Smith. Supõe-se que primeiro se ocupam em terras mais férteis e daí se segue, por pressão do crescimento populacional e da escassez de alimentos, a ocuparem-se gradual e sucessivamente as terras menos férteis, sem qualquer erro ou engano. As conseqüências teóricas — renda diferencial, preços altos para os alimentos e queda da taxa de lucro — levaram-no a advogar taxação sobre os proprietários de terra, importação de grãos e incentivos à indústria, como não elevação dos salários, pois dos supostos chegou-se a uma lei de relação inversa entre lucros e salários.

Mas as teorias de Ricardo, salvo alguns contratempos, revestia-se de um primor de lógica dedutiva, capaz de deixar de boca

2. Ver MARCHAL, André (1957, p. 25-35).

calada mesmo seus mais fortes contendores. A preocupação de alguns de seus discípulos consistiu em corrigir eventuais falhas, eliminar hipóteses mais restritivas em favor de outras mais gerais, precisar melhor algumas lacunas. Aos críticos perguntava-se qual a teoria alternativa, mas dentro dos mesmos procedimentos metodológicos. Mas e se a população não crescesse a taxas tão altas? E se os famosos fatores nem sempre se combinassem em proporções fixas? E se a taxa de lucro não caísse? E se inicialmente não se ocupassem as terras mais férteis? E se alguns oligopólios atrapalhassem a livre concorrência?

Ora, estas complicações práticas não podem invalidar a lógica do modelo, se este admitisse todas estas particularidades, deixaria de ser universal e abstrato, ou deixaria de ser modelo, retendo o essencial e ignorando o acidental. "Não encham o saco com detalhes", responderiam os ricardianos.

5 — Na própria época de Ricardo seu método sofreu séria crítica de Malthus. A controvérsia entre ambos não se restringiu a questões de valor, demanda efetiva e quanto a crescimento de longo prazo: já na Introdução de 1819 de seus *Princípios de Economia Política*, Malthus lamentava a atitude "precipitada de simplificar e generalizar" dos "autores científicos" de Economia Política, numa clara referência a Ricardo. Aconselhava "comprovar suficientemente as teorias mediante referências à experiência ampliada e abrangente que, em assunto tão complexo, é a única que pode estabelecer sua verdade e utilidade". Esta última asserção demonstra que Malthus julgava necessário não apenas a recorrência a dados empíricos e históricos como exemplo, mas como fonte de conhecimento, inclusive de testagem e verificação de teorias. Pitorescamente, chega a asseverar que as teorias "devem prostrar-se ante o altar da verdade revelada pelos fatos e pela experiência". Ressai, ainda, a semelhança da Economia Política mais com as ciências éticas que com a Matemática, e lamenta, mais uma vez ocultando o nome de seu contendor: "eminentes economistas políticos pensam que, embora possa haver exceções às leis gerais da Economia Política, elas não precisam ser consideradas".<sup>3</sup>

Malthus considerava bizarro que se multiplicassem teorias para confirmar outras teorias, fechando-se um círculo dentro delas

3. MALTHUS, T. R. (1983, p. 5-9).

mesmas.<sup>4</sup> Julgava oportuno e necessário recorrer aos fatos e à experiência, mas suas objeções não tiveram o sucesso almejado: a superação marxista das teorias ricardianas não impediu que Mill e, mais tarde, Marshall, reabilitassem-nas à sua forma, e que estas, mesmo modificadas, viessem a se constituir a ortodoxia acadêmica pelo menos até Keynes.

O insucesso de Malthus pode ser explicado por vários argumentos de ordem histórica e política, mas parece não haver dúvida de que em boa parte deveu-se ao jogar no próprio campo do adversário. Abandonando seus próprios conselhos — mas com boa dose de realismo para quem conhecia com certa profundidade a história das idéias científicas —, percebeu que para derrubar um sistema lógico tão apurada como o de Ricardo precisava construir outro em seu lugar. Mas Malthus foi incapaz de fazê-lo. Em algumas passagens, recorria a Smith, exatamente o autor que Ricardo havia estudado em profundidade e, com suas críticas, arquitetado seu modelo mais preciso, abrangente e complexo. Revela-se, desta forma, a impotência do indutivismo: extremamente fértil na crítica ao dedutivismo, mas incapaz de superar a própria crítica no sentido de encontrar alternativas teóricas ao sistema que ajudou derrubar. Se assim procedesse, o indutivismo negaria a si mesmo.

6 — Enquanto na França a reação à economia “abstrata e dedutiva” dos ingleses, apesar de algumas críticas a seu método (Sismondí, Comte), centrou-se principalmente na industrialização, no laissez-faire e, no limite, na propriedade (Fourier, St. Simon, Proudhon), na Alemanha as objeções metodológicas chegaram ao paradoxismo, rejeitando-se aquela forma de “fazer ciência” em substituição a outra: o historicismo.

Os principais nomes da assim chamada “Escola Histórica Alemã” — Roscher, Wagner, Knies, Hildebrand, Schmoller — discutiram não só o caráter universal das construções teóricas de Smith e Ricardo, mas a psicologia do homo economicus, a carência de dados empíricos e de embasamento na observação, o determinismo e o mecanicismo que lhes pareciam exagerados e sem propósitos da “escola inglesa”. Estas críticas já haviam em parte sido formu-

4. Veja-se, neste sentido, a alegoria de Lakatos sobre o físico anterior a Einstein que tenta, sem sucesso, alternativas dentro de seu modelo para explicar a trajetória de um planeta, sumariada no instigante artigo de SIQUEIRA, Wandyr Hagge (1988).

lados por List, nas primeiras décadas do século XIX, e apareceram sistematizadas em seu Sistema Nacional de Economia Política (1841). A questão principal de List, não obstante, era criticar a lei das vantagens comparativas do comércio internacional de Ricardo, denunciando seu viés ao prejudicar as nações de industrialização jovem em favor das antigas, como a Inglaterra. List mencionava, assim, que as leis econômicas não podiam ser universais, mas adaptadas ao ambiente sócio-cultural de cada nação.<sup>5</sup>

A “Escola Histórica” incorpora tal observação como ponto de partida, mas acaba por negar o homo economicus: em contraste a este, dever-se-ia estudar o homem real, com as várias dimensões além da econômica, como a religiosa, a cultural, a familiar etc. Ricardo considerava, como Smith, que a dimensão máxima do homem residia no auto-interesse; havia, portanto, um só homem desde a criação. No limite, a crítica dos historicistas consistia em afirmar que cada homem era diferente do outro, e que, portanto, as leis gerais não podiam ter validade. Daí terem afirmado a necessidade da psicologia assentada na observação — estudos de casos, alicerçados na individualidade —, em oposição a uma psicologia a priori do homem, na qual entendiam apoiarem-se os ingleses. Knies, neste sentido, afirmou que a Economia Política destes poderia ser considerada como a “história natural do egoísmo”.

Assim, não haveria como fazer ciência senão com o recurso à observação, a dados e a fatos cada vez mais precisos. A Ciência não poderia ter a pretensão de chegar a leis, mas no máximo revelar tendências. Não havia mais razões para o determinismo, pois todo o conhecimento era probabilístico. O objeto cognoscente nunca poderia (ou dificilmente poderia) ser conhecido em toda a sua totalidade, pois sempre haveria espaço para o específico, para o particular e para o novo. Desnecessário assinalar que, no corpo destas concepções, negava-se qualquer pretensão de utilizar-se a Matemática em Economia: não havia mais nem axiomas nem demonstrações dedutivas — e, indo mais adiante, nem teorias. Negligenciando-se ou negando-se a necessidade da abstração ao construir-se o conhecimento científico, negligenciava-se ou negava-se a própria possibilidade de existirem teorias econômicas. Gratia argumentandi:

5. Parece não haver dúvida da semelhança entre algumas destas concepções e a dos economistas ligados a CEPAL nos anos 50, como Prebisch e Celso Furtado.

não haveria sentido uma teoria do valor ou mesmo dos preços, pois cada mercadoria, a rigor, poderia conhecer motivações específicas na determinação de seu preço; e a mesma mercadoria poderia conhecê-las em países, regiões ou mesmo empresas diferentes. Mas como se convencionou desde Aristóteles, não há ciência da absoluta particularidade, o que equivale a dizer que não é possível abstração sem algum grau de generalização.

A proposta da “Escola Histórica” foi fundamental ao aprofundar as críticas aos “ingleses”, mas nem tanto com respeito às alternativas sugeridas: o empirismo radical não raro beirou a própria impossibilidade de o sujeito apreender o objeto. Côscios do problema, as “soluções” encontradas por cada membro da Escola foram as mais diversas. Roscher, ao que consta, não via problema maior em perfilhar o empirismo admitindo a existência de “leis naturais” Hildebrand repeliu estas últimas, mas admitiu “leis dinâmicas de desenvolvimento”. Knies acabou negando a própria possibilidade de existir a ciência econômica: não acreditava possível nem leis dinâmicas, mas apenas vagas regularidades.<sup>6</sup>

O empirismo, assim, ao se tornar cada vez mais exigente, caía no ceticismo (como ocorrera com Hume muito tempo antes).

7 — Os caminhos opostos trilhados pelos seguidores de Ricardo, de um lado, e dos historicistas alemães, de outro, teriam levado as discussões metodológicas no âmbito da Economia a verdadeiro impasse não fosse o aparecimento, no próprio século XIX, de propostas alternativas que, sob formas diferentes, procuraram conciliar os dois métodos. Abordaremos aqui três destas alternativas pela importância emprestada à conformação do pensamento econômico do século XIX e seus reflexos no século XX. Denominaremos tais alternativas, embora com certa arbitrariedade, de: a) a alternativa formal, de Walras; b) a alternativa dialética, principalmente de Marx; c) a alternativa positivista, na qual incluiremos inclusive o positivismo lógico deste século.

8 — A rejeição ao método dos “ingleses” por parte da “Escola Histórica” estendeu-se às próprias teorias de Ricardo, por parte de K. Marx, a partir da década de 1840. Ambas as críticas — a metodológica e a teórica — associam-se ao aparecimento do positivismo, de um lado, e do socialismo, de outro, ensejando o que se conven-

6. Ver: MARCHAL, André (1957, p. 39).

cionou denominar de “primeira crise da teoria econômica”. Esta deveu-se à proliferação de diatribes dos mais diferentes matizes, óticas e graus de profundidade à teoria acadêmica dominante, então centrada em Ricardo. A criatividade intelectual deste momento manifesta-se inclusive em determinadas vertentes que atribuíam as falhas do sistema ricardiano a seu método: confundindo dedutivismo com abstração, negavam a própria possibilidade da teoria econômica propriamente dita, ou seja, discutiam a própria existência de uma disciplina especializada denominada Economia Política.

Comte, por exemplo, acusa-a de metafísica e anticientífica, assentada em pressupostos a priori e sem qualquer pretensão de respaldar-se na realidade: os economistas, a seu ver, recorriam a conceitos e dogmas mais teológicos e metafísicos que propriamente científicos, como valor, liberdade natural e homo economicus; defendiam, finalmente, o liberalismo vetusto, fruto das idéias iluministas anteriores à Revolução Francesa, e tida pelo positivismo e pelo socialismo nascentes como completamente defasadas diante dos novos tempos.<sup>7</sup>

A crise da teoria acadêmica, como se sabe, deixará de existir somente com o aparecimento dos autores marginalistas e neoclássicos, a partir de 1870, como Jevons, Menger, Walras e Wicksell. Construir-se-á, a partir daí e sob novos alicerces, outra teoria do valor, dos preços e da distribuição.

J. S. Mill viveu exatamente no período desta crise da teoria ricardiana, a qual pretendia parcialmente salvar das críticas. Nota-se que o ano da publicação de seus Princípios de Economia Política, 1848, é o mesmo no qual Marx e Engels publicaram o Manifesto Comunista e em que a França, e depois boa parte dos países europeus, conheceram revoluções nas quais emergiram por primeira vez de forma explícita reivindicações sociais e trabalhistas.

7. As críticas de Comte à Economia Política não são frequentes e encontram-se esparsas ao longo de sua obra; destaca-se, todavia, o Curso de Filosofia Positiva. Em linhas gerais, Comte estende à Economia Política suas críticas elaboradas à metafísica e à Filosofia, as quais são tidas por ele como integrantes da fase intermediária entre a primizia teológica medieval e a fase “positiva” ou científica que se inaugurara no século XIX. Procurei, noutro trabalho, estabelecer certos marcos contrastantes do positivismo com o liberalismo, e especialmente a influência do primeiro no processo histórico brasileiro deste século. Veja-se: FONSECA, Pedro Cesar Dutra (1989, p. 50-89, 138-39 e 244-48).

Isto desnuda, pelo menos em parte, as razões do ecletismo teórico de S. Mill, também presente em questões de método. Pretendendo rechaçar as teorias do valor trabalho e de distribuição ricardianas, voltou-se a Benthan, para quem o valor associava-se à utilidade. O utilitarismo de Benthan, não obstante seu sensualismo, pouco tem de empirista, e neste aspecto pouco se afasta de Ricardo enquanto método (haja vista a influência de Benthan no approach neoclássico): continua existindo a concepção unívoca de homem, a pretensão de universalidade absoluta, o método único na ciência e o homo economicus, ab aeterno, maximizando satisfação com o mínimo de esforço.

Mill procurava uma construção analítica embasada em Benthan, mas os contribuições positivistas instigavam-no, haja vista considerar Comte a maior autoridade sobre epistemologia de seu tempo. Assim, defendia a existência de leis naturais e imutáveis de produção, mas leis sociais e históricas de distribuição. Este ecletismo permeia sua obra, e principalmente seu Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva (1843). Com um olho em Comte outro em Benthan e Ricardo, defendia o uso parcial dos dois métodos simultaneamente, em uma justaposição que Smith fizera na prática — sem resolver, todavia, o conflito inerente a tal mescla (embora, justiça seja feita, o enfrentasse . . .). Sabe-se, não obstante, que o rompimento de Mill com o método ricardiano foi mais a nível de discurso que real: quando foi trabalhar de fato com economia, continuou com o dedutivismo e o apriorismo; certamente recorreu a dados e fatos, mas sem ver nestes a origem do conhecimento. Como afirma Eleutério F. S. Prado:

“Se, de um lado, a Economia parte de princípios, de noções fundantes, de universais abstratos como o postulado do homem econômico irracional e se, de outro, a experiência é a experiência do contingente, do particular e do factual, então ela não pode ser uma ciência empírica, suas proposições não são derivadas em sentido estrito pelo método indutivo — ou a posteriori, como designa Stuart Mill. O método da Economia Positiva é o método a priori, ou seja, aquele baseado a partir de uma hipótese assumida. Para Mill, ele raciocina e . . . deve necessariamente raciocinar a partir de assunções, não a partir de fatos. Por isso, ele a caracteriza essencialmente como uma

ciência abstrata e a compara aos Elementos de Euclides que se funda, como as matemáticas em geral, em axiomas”.<sup>8</sup>

Walras, entretanto, encontrou uma solução formal ao dilema de Mill em seus Compêndio de Elementos de Economia Política Pura.<sup>9</sup> Após criticar outros autores, como Smith, que atribuíam à Economia Política o papel de incrementar a riqueza nacional e os rendimentos do povo e do Estado, Walras argumenta que a Economia, se ciência, deveria eximir-se de julgamentos de valor, bem como de pretender buscar “o melhor”: “o caráter da ciência propriamente dita é o completo desinteresse por qualquer consequência vantajosa ou prejudicial quando se dedica à busca da verdade pura”. Exemplifica mostrando que a geometria pode ser útil para o carpinteiro ou para o arquiteto, mas ao geômetra, como cientista, apenas caberia formular teoremas e descobrir as verdades, as leis.

Assim, a Ciência Econômica deveria ocupar-se com os fatos naturais, nos quais atuam forças “cegas e fatais” da natureza. Mas há fatos que dependem do homem, e que são abrangidos pela Ciência Moral Pura ou Histórica. Estes mudam, já que atos volitivos, resultado da interação entre os homens. Além destas, há a Arte Econômica, a qual trata da aplicação e do uso dos princípios à luz da Ciência e da Moral: abrange as relações entre o homem e a natureza.

Esta é, pois, a solução walrasiana, procurando resolver o conflito epistemológico estabelecendo compartimentos, diferentes embora interdependentes, para a Economia. O problema da origem do conhecimento e do modus operandi ao “fazer ciência” continuou em pé, mas a solução formal foi capaz de galgar adeptos e persuadir estudiosos. Walras fora enfático: “Tais são, pois, a ciência, a arte e moral. Seus critérios respectivos são o verdadeiro, o útil ou o interesse e o bem ou a justiça”. Mais tarde os compartimentos mudaram de rótulo e passaram a denominar-se, respectivamente, teoria econômica, política econômica e doutrina econômica. Sobre os três paira a mãe Economia.

8. PRADO, Eleutério F. S. (1986, p. 64).

9. WALRAS, Léon (1983). Veja-se especialmente o segundo capítulo, intitulado Distinção entre ciência, arte e moral. As citações que seguem foram daí extraídas, bem como do capítulo 1.



9 — Outro tipo de solução — a dialética — foi desenvolvida no campo da Economia Política (ou da Ciência Social) por K. Marx, sob forte influência da filosofia de Hegel.

Também fruto do racionalismo, Hegel rejeitava a possibilidade de a ciência reduzir-se ao mundo empírico, dando relevância ao momento da abstração, sem a qual não seria possível a própria ciência. Não obstante, o processo de conhecimento não se completava na abstração, e possuía no concreto tanto seu ponto de partida como de chegada. Assim, a totalidade concreta inicial pode ser concebida como caótica e sua apreensão e explicação requer que se distinga o essencial do acidental, ou a essência do fenômeno. Trata-se, aí, de estabelecerem-se conceitos — portanto abstrair-se — e sem esta decomposição não há conhecimento. Esta abstração, no entanto, não é fim, mas um momento de mediação que requer voltar-se ao próprio concreto, agora não mais caótico e desordenado, mas explicado. Exatamente a “volta ao concreto” assegura certa “testagem” ou a apreensão da especificidade do objeto, já que o momento anterior requer generalização e alto grau de abstração. Assim, a dialética entende que não se pode reduzir a ciência nem ao empirismo nem ao racionalismo dedutivista, embora admita a relevância de ambos no processo de conhecimento.

A dialética, por essa dentre outras razões, não pode considerar a si própria como um terceiro método, conquanto seja possível interpretá-la como uma forma de síntese entre o empirismo e o dedutivismo clássicos. Sua pretensão é que o real é dialético, e não o método enquanto tal: por isso as propostas metodológicas tradicionais, a rigor, não podem ser entendidas como “absurdas” ou “aberrações”, mas como formas incompletas e/ou insuficientes e/ou parciais de fazer ciência.

Cara a esta ontologia é a distinção entre conceito e representação, esta entendida como projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas.<sup>10</sup> As representações ou formas fenomênicas ajudam a revelar a essência das coisas, mas não coincidem com ela, embora dela façam parte (desde que os objetivos sejam sociais ou, o que é a mesma coisa, os sujeitos em potência). O primeiro passo para conceituar algo ou para delimitar o que nele é essencial é partir das formas concretas. Estas são ime-

10. KOSIK, Karel (1976, p. 15).

diatas, enquanto a essência é mediata; não deriva do fenômeno, mas nele se revela (pelo menos parcialmente).

Se assim não fosse, poderíamos supor duas outras alternativas. Se a essência não se revelasse absolutamente no fenômeno, seria impossível chegar a ela; teríamos um divórcio completo entre ambos, como no mundo da realidade e das idéias de Platão. Seria impossível, a rigor, fazer ciência; pois compreender o fenômeno é chegar à essência. Se, por outro lado, a essência se revelasse inteiramente no fenômeno, seria desnecessária qualquer mediação: o empirismo seria soberano e não haveria razão para existir nem ciência nem filosofia, pois a explicação coincidiria com a descrição (e com a verdade).

A dialética, desta forma, desconfia do mundo do empirismo mas julga-o relevante como forma e como ponto de partida. Mas também rejeita a concepção de que a ciência deva satisfazer-se com esquemas abstratos: se a ciência se reduzisse aos modelos teria que considerar que as formas são irrelevantes, ou que as especificidades seriam incompreensíveis para o pensamento (ou, ainda, “desvios” da forma pura ou de tipos ideais, como em Weber). Assim, por exemplo, temos a construção M-D-M de Marx. Esta supõe uma abstração: x quantidades da mercadoria A são trocadas por y quantidades de dinheiro (ouro) que, por sua vez, são trocadas por z quantidades da mercadoria B. Esta abstração não supõe nenhuma dedução: a abstração não é do cientista em si mas da própria sociedade, que troca mercadorias entre si em certa proporção. É uma abstração real, feita pelos próprios homens, que a fazem mesmo sem o saber.

Ao trocarem, estes estabelecem certa igualdade: “x de A = y de ouro = z de B”, seguindo um critério que existe mas não é de imediato perceptível. Descobrir tal critério “oculto” exige dar um salto, explicar a lei subentendida e que se vê representada na troca como um fetiche. Ora, esta explicação exige uma teoria, no caso a teoria do valor trabalho. Esta mostrará que tanto as mercadorias A, B e ouro são trabalho (abstrato): A não é tão-somente A, mas certa quantidade de trabalho em forma de A, o mesmo sucedendo com B e com o ouro. Abstratamente são iguais, são redutíveis a uma substância comum, mas concretamente assumem formas diferentes. As formas são relevantes, pois possuir certa quantidade de trabalho sob a forma de A é completamente diferente de possuí-la sob a forma ouro; se fosse indiferente, não haveria porque querer

trocar-se A por B. Se possuir A ou B fosse igual a possuir ouro, não haveria porque existir entesouramento.

Admitir a relevância do empírico desta forma afasta-se completamente da concepção do historicismo; não só por ressaír a necessidade da abstração, mas por destacar que existe uma relação entre sujeito e objeto que não é unívoca; o método depende do objeto, e o procedimento de fazer ciência não se reduz a colecionar dados e fatos cada vez mais completos e exatos. De fato, a pretensão historicista, e com forte influência no positivismo, tendeu a reduzir o real à sua dimensão quantitativa, já que o concreto imediato é também imediatamente mensurável. Como não se pode conhecer todos os dados nem todas as dimensões do real, pois infinitos, chegou-se à assertiva de que atingir a verdade é impossível, o empirismo, já mencionou-se, quando levado às últimas consequências transforma-se em pirronismo.

Para a dialética, no entanto, a verdade é possível, nem sonho nem quimera, mas ela não é alcançável de uma vez por todas, pois o próprio real se transforma; a substância de uma coisa é seu próprio movimento, por isso impossível de captá-la estaticamente.<sup>11</sup> Descobrir as leis imanentes ou internas, não perceptíveis de forma imediata nos fenômenos é descobrir suas “leis de movimento”; e por isso, para Hegel, a lógica formal era limitada, pois reduzia o real ao princípio da identidade, ignorando as contradições. É certo que se pode dizer  $A = A$  (princípio da identidade); mas  $A$  é também não- $A$ . Não se nega a priori o princípio da identidade, já que imediatamente concreto, mas se concebe o conhecimento como além dele; a contradição é necessária para entender seu movimento oculto à primeira vista, sua mudança ou sua transformação.

Não se pode confundir, por outro lado, a abstração necessária do ponto de vista da dialética, a delimitação do que é essencial e do que é realidade fenomênica com o procedimento convencional de construir modelos (o método da generalização, à la dedutivismo). Neste, reduz-se o particular ao geral (universal abstrato), e entende-se que explicar algo é reduzir-se-lhe à sua substância imu-

11. Veja, por exemplo, o primeiro capítulo da obra de POSSAS, Mário Luiz (1987, p. 19-45). Este afirma, enfaticamente: “É preciso eliminar de saída uma possível fonte de equívocos, reconhecendo, para todos os fins relevantes, a impossibilidade de conciliar dinâmica e equilíbrio como método de análise econômica” (p. e1).

tável, e, a partir daí, generalizar. Os “modelos”, portanto, são formais e encontram sua razão de ser neles mesmos; são mais próprios do dedutivismo que da dialética, embora possam ser úteis como “primeira aproximação” ou versão “primária” ou “parcial” do conhecimento. Como afirma K. Kosik, esta concepção fiscalista e/ou spinozista de modelo é incompatível com a dialética, já que “toda a riqueza do mundo se precipita no abismo de uma imutável substância”.<sup>12</sup> Entre a “lei geral” abstrata e o concreto não há qualquer mediação, pois a explicação esgota-se no próprio abstrato. Para a dialética, o retorno ao concreto é imprescindível, pois só aí é possível mostrar como o geral torna-se específico, como o abstrato torna-se concreto, como o irracional torna-se racional. O mundo caótico ou impossível de compreender é descartado por sua superação; o real e a existência do ser possuem sentido, ou, como afirmava Hegel: “O real é racional e o racional é real”.

10 — Em sentido vulgar, positivismo muitas vezes é associado ao empirismo e ao historicismo. Isto se deve, certamente, às críticas que Comte e seus seguidores elaboraram ao dedutivismo, ao Iluminismo e ao jusnaturalismo, mas não é verdade que, pelo menos Comte, defendesse ponto de vista idêntico ao da Escola Histórica, como ao afirmar:

“Porque, se de um lado qualquer teoria positiva deve necessariamente fundar-se em observações, é igualmente sensível, de outro, que, para entregar-se à observação nosso espírito necessita de uma teoria qualquer. Se, ao contemplarmos os fenômenos, não os relacionássemos imediatamente a alguns princípios, não somente nos seria impossível combinar essas observações isoladas e, por conseguinte, extrair delas algum resultado, mas seríamos incapazes de retê-las; e, na maioria das vezes, os fatos ficariam despercebidos sob nossos olhos”.<sup>13</sup>

Como se vê, para Comte a ciência não prescinde do momento da abstração, nem pode ser reduzida à coleção de fatos nem seria possível sem teorias. Esta postura, de certo modo “eclética”, permite a existência de múltiplas formas e propostas no sentido de resolver a polaridade entre dedutivismo e empirismo. Há, neste sentido, vários “positivismos”. Mas todos, via de regra, possuem como ponto

12. KOSIK, K. (1976, p. 27).

13. COMTE, Augusto (1978, p. 75).

comum considerar que existe um método único para a ciência, embora para explicar o mesmo fenômeno se possa recorrer a mais de um modelo. Os modelos, como simplificação da realidade, abstrações, podem ser múltiplos; mas o conhecimento não se esgota nos modelos em si, pois faz-se mister testá-los. O teste e a verificação de hipóteses passam a ser a pedra de toque do positivismo, principalmente em sua vertente mais difundida no campo da economia, o chamado "Positivismo Lógico". Com o desenvolvimento da Econometria, este vem ganhando cada vez mais adeptos entre os mais diferentes *approachs* teóricos, embora seja mais disseminado entre os economistas da formação neoclássica. A rigor, o positivismo lógico é incompatível com o dedutivismo neoclássico, mas vem chamar sua atenção à necessidade de testagem dos modelos; com isso, substitui seu determinismo pelo probabilismo.

O conhecimento "positivo", neste contexto, julga relevante a construção de teorias, mas estas são "positivas" à medida que passem pela prova da experiência — ou, pelo menos, que não sejam negadas por ela. A pretensão é que o teste leve gradualmente à construção de teorias cada vez melhores, com hipóteses menos restritivas, a fim de abarcar maior número de situações sem perder em simplicidade. De antemão admite-se que o modelo não coincide com a realidade e nem pretende fazê-lo: ao contrário, considera-se exitoso o cientista que, partindo da proposição simples, consegue testar suas conclusões e, a partir delas, fazer previsões que realmente venham a ocorrer. Parece indiscutível, sob este ponto de vista, a semelhança desta proposta metodológica com a das ciências físicas. Por isso, apesar dos calorosos debates, a questão da neutralidade científica sempre é posta pelos positivistas, em seus vários matizes. Se a neutralidade total e absoluta em todos os momentos da investigação encontra poucos defensores quanto às possibilidades de sua existência, não raro se mantém como ideal a ser perseguido. Admite-se, ainda, que o cientista possa receber "influências externas" (culturais, políticas, ideológicas) ao selecionar temas para estudar e ao admitir pressupostos ao construir teorias: mas, uma vez estes explicitados, seu procedimento deve ter objetividade suficiente para que outros cientistas, dados tais pressupostos e com as mesmas ferramentas, cheguem às mesmas conclusões inicialmente alcançadas.<sup>14</sup>

14. Note-se que autores não propriamente positivistas, do porte de Schumpeter e Max Weber, argumentam de forma semelhante.

Caso contrário, algum deles deve ter caído em erro — ou lógico, ou de observação, ou por problema da própria testagem.

Como a testagem é cara ao positivismo, uma teoria impossível de ser testada não pode ser considerada, a rigor, científica. Seria "mera" filosofia ou teologia, uma crença a priori; isto induz à formulação de hipóteses testáveis pelos dados, e dentre as ditas ciências humanas é a economia a que mais se presta para a difusão do positivismo lógico, pois dentre tais ciências é a que mais possui variáveis quantificáveis. Ao contrário do hegeliano, o positivista admite que a realidade é soberana e que a aparência revela de todo a essência, ou, ainda, que a essência em si é inatingível, mas que só pela observação e pela descrição pode-se chegar próximo a ela. Em qualquer uma das posturas, o empirismo reina, e daí, às vezes, o uso impróprio de positivismo e empirismo como sinônimos. Em ambos também o conhecimento é probabilístico, refutando-se qualquer determinismo.

Nota-se, neste sentido, que categorias de difícil ou impossível quantificação são abandonadas, ou menos usadas, que outras não possuidoras de tal qualidade. A idéia de valor, por exemplo, fundamental de um ponto de vista hegeliano, é trocada em favor de sua manifestação: o preço. Como afirma Joan Robinson, a categoria valor é metafísica, segundo este ponto de vista; se está "oculto" não existe, se não é imediatamente visível nada difere de uma fantasia.<sup>15</sup> Isto porque uma coisa é reduzida a sua manifestação; o positivista pretende captar as regularidades desta manifestação para prever. Um hegeliano não poderia asseverar que tal tarefa é inútil ou descabida, pois admite que a manifestação é relevante e que as formas aparentes têm lógica e existem; consideram, todavia, insuficiente e incompleto tal procedimento, pois o real não se reduz às suas manifestações, e há leis imanentes de imediato imperceptíveis e que só podem ser descobertas por um exercício do pensamento ou da razão.

A preocupação hegeliana centra-se em explicar, não refutando a idéia de que a ciência possa e deva prever. Já no positivismo lógico a explicação é de certo modo secundária frente à exigência de previsão: "O objetivo último da ciência positiva é o desenvol-

15. Acusar tanto a teoria do valor trabalho como a do valor utilidade como metafísicas é uma constante na vasta obra de Joan Robinson. Veja-se, por exemplo, ROBINSON, J. e EATWELL, J. (1978) e ROBINSON, J. (1979).

vimento de uma 'teoria' ou de uma 'hipótese' capaz de produzir previsões válidas e significativas (ou seja, não banais) acerca de fenômenos ainda não observados".<sup>16</sup> Por isso, os pressupostos e as hipóteses, enfim, o próprio modelo, podem ser completamente irrealistas ou até fantasiosos: interessa seu poder de previsão, embora seus argumentos, por assim dizer, possam constituir-se uma parábola.<sup>17</sup> Enquanto não se produzir parábola melhor, do ponto de vista da previsão, as existentes devem ser aceitas, mas sempre com a precaução de que melhores são possíveis e deverão posteriormente surgir.

Visto como tentativa de captar a lógica da aparência a fim de perceber correlações e/ou fazer previsões, o positivismo lógico está mais voltado a entender o "como funciona" do que explicar a coisa em si.<sup>18</sup> Em outras palavras, a explicação é captar o mecanismo de funcionamento. Daí exercer influência dentro de correntes neomarxistas que pretendem advogar que a teoria do valor, para ser científica, precisa ser empírica ou passível de ser testada através dos preços. O debate sobre a transformação de valores em preços é um exemplo. Influenciou sobejamente, também, os economistas pós-keynesianos, críticos ou defensores de Keynes (dentre estes os vinculados à chamada Síntese Neoclássica), os quais passaram a entender que a superioridade ou não da Teoria Geral à "economia clássica" poderia ser decidida através de testes quantitativos. Harry Johnson, por exemplo, atribui como um dos fatores contribuintes ao grande debate que sucedeu à Teoria Geral de Keynes a "uma relação empírica importante que a tribo emergente dos econometristas podia medir — a função consumo, uma relação muitíssimo mais estimulante intelectualmente do que a demanda por açúcar, uma relação estimável a base de dados disponíveis pelo desenvolvimento de estatísticas da renda nacional (...)"<sup>19</sup>

16. FRIEDMAN, Milton (1981, p. 167).

17. Na verdade, tais idéias não representam propriamente as versões mais maduras do positivismo, como o Positivismo Lógico, mas sim o Instrumentalismo. No primeiro, o objeto da ciência não é explicar, mas correlacionar observações, por isso os termos teóricos e as teorias devem, segundo esta concepção, serem eliminadas da ciência, evitando-se que se caia em algum momento na metafísica. Já no Instrumentalismo qualquer teoria é bem-vinda, desde que adequada ou funcional para realizar boas previsões (ou seja, previsões ratificadas pela realidade).

18. FRIEDMAN, Milton (1981, p. 176).

19. JOHNSON, Harry G. (1981, p. 151).

Mas foi dentro das correntes vinculadas à tradição neoclássica que encontrou solo fértil para sua maior difusão. Estas, apesar do forte cunho dedutivista, passaram a encontrar defensores de forma a formular hipóteses testáveis. A idéia da construção de parábolas caiu como uma luva para justificar modelos ultra-simplificados. Mas os críticos, como a própria Joan Robinson, levaram às últimas conseqüências o caráter metafísico de construções como valor utilidade, curvas de indiferença, produtividade marginal do capital e outros conceitos e categorias não passíveis ou difíceis de se tornarem empíricos. Joan Robinson denuncia a incompatibilidade entre as teorias neoclássicas e o positivismo lógico, e, no caso, prefere ficar com o último. No campo do valor, refuta-o como metafísico, a não ser que haja possibilidade de concretizar o ideal ricardiano de encontrar um padrão absoluto para a testagem da categoria valor através de sua manifestação, enquanto a diferença entre imanência e aparência é considerada vã filosofia: esta mais atrapalha que ajuda o pensamento científico.<sup>20</sup>

Todavia, mesmo para o crítico mais exigente, a postura de Joan Robinson fascina pela coerência, pois é mais consistente do que a teoria neoclássica tradicional, a qual se julga ao mesmo tempo axiomática e empírica. Esta, ao lado de uma teoria do valor formalmente sofisticada, em certo momento a abandona em favor dos preços. Assim, o comportamento a priori do consumidor deve ser abandonado em favor de suas preferências reveladas, a formação de preços pela fórmula bem mais empírica do somatório dos custos mais uma mark-up, e os mercados perfeitamente competitivos pela concorrência imperfeita.

11 — Como dá para se notar, as diferenças entre os economistas não residem apenas nas teorias em si ou nas medidas díspares de política econômica que dividem os acadêmicos e a profissão. A ciência é paradigmática — para usar a expressão que voltou à moda — também no que se refere a seu método, embora a preocupação com este pareça diletantismo frente aos graves problemas econômicos, aparentemente sem solução, que nos afligem neste final do século XX.

20. Veja-se, a título de ilustração, sua Carta Aberta de um Keynesiano a um marxista (ROBINSON, J. 1988, p. 203), a qual termina com a poética indagação: "Pelos céus, não me ponha Hegel na história. Que direito tem Hegel a colocar o nariz entre mim e Ricardo?"

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMTE, Auguste. Comte: textos selecionados. Org. de Evaristo de Moraes Filho (Coord. de Florestan Fernandes). São Paulo, Ática, 1978.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- FRIEDMAN, Milton. "A metodologia da economia positiva". Edições Multiplic. Rio de Janeiro, Multiplic-EPGE/FGV, 1981, n. 3.
- JOHNSON, Harry G. "A revolução keynesiana e a contrarrevolução monetarista". Edições Multiplic. Rio de Janeiro, Multiplic-EPGE/FGV, 1981, n. 3.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- MARCHAL, André. Metodología de la Ciencia Económica; el conflicto tradicional entre los metodos y su renovación. Buenos Aires, Ateneo, 1957.
- NAPOLEONI, Claudio. Smith, Ricardo, Marx. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- POSSAS, Mário Luiz. Dinâmica da economia capitalista, uma abordagem teórica. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PRADO, Eleutério F. S. "Stuart Mill e o Homem econômico irracional". In: BIANCHI, Ana Maria (org.) Questões de método na ciência econômica. São Paulo, IPE/USP, 1986.
- ROBINSON, Joan. Filosofia econômica. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- . Novas contribuições à economia moderna. São Paulo, Vértice, 1988.
- ROBINSON, Joan e EATWELL, John. Introdução à economia. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- SIQUEIRA, Wandyr Hagge. O califa e as estrelas, considerações sobre a idéia de "progresso" em teoria Econômica. Rio de Janeiro, 1978. Mimeo.
- WALRAS, León. Compêndio dos elementos de economia política pura. São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).